REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

O PAPEL DO PROFESSOR DE APOIO/MEDIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL

THE ROLE OF THE SUPPORT TEACHER/MEDIATOR IN THE EDUCATIONAL INCLUSION PROCESS

EL PAPEL DEL PROFESOR DE APOYO/MEDIADOR EN EL PROCESO DE INCLUSIÓN EDUCATIVA

Ozemar da Silva Araújo[1], Alcimar José da Silva[2]

e676540
https://doi.org/10.47820/recima21.v6i7.6540

PUBLICADO: 7/2025

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar o papel do professor de apoio/mediador no contexto da inclusão educacional, com base em uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa. A partir da análise de estudos clássicos e recentes, constatou-se que o mediador atua como elo entre o aluno com deficiência e o processo de ensino-aprendizagem, colaborando com professores regulares, gestores e demais profissionais. Destacaram-se os fundamentos legais da educação inclusiva no Brasil, as competências exigidas do mediador, práticas pedagógicas colaborativas e os principais desafios enfrentados por esses profissionais. Conclui-se que a atuação do mediador é fundamental para a construção de uma escola inclusiva e equitativa, sendo necessário investimento em formação e reconhecimento institucional.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão educacional. Mediação pedagógica. Professor de apoio. Educação especial. Práticas colaborativas.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the role of the support/mediator teacher in the context of educational inclusion, based on a qualitative literature review. Through the analysis of classical and recent studies, it was found that the mediator acts as a link between students with disabilities and the teaching-learning process, collaborating with regular teachers, school administrators, and other professionals. The study highlighted the legal foundations of inclusive education in Brazil, the competencies required of the mediator, collaborative pedagogical practices, and the main challenges faced by these professionals. It concludes that the mediator's role is essential for building an inclusive and equitable school, requiring investment in training and institutional recognition.

KEYWORDS: *Educational inclusion. Pedagogical mediation. Support teacher. Special education. Collaborative practices.*

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo analizar el papel del profesor de apoyo/mediador en el contexto de la inclusión educativa, a partir de una revisión bibliográfica de enfoque cualitativo. A través del análisis de estudios clásicos y recientes, se constató que el mediador actúa como un puente entre los estudiantes con discapacidad y el proceso de enseñanza-aprendizaje, colaborando con profesores regulares, gestores escolares y otros profesionales. Se destacaron los fundamentos legales de la educación inclusiva en Brasil, las competencias requeridas al mediador, las prácticas pedagógicas colaborativas y los principales desafíos que enfrentan estos profesionales. Se

[1] Ivy Enber Christian University.
[2] MBA em Gestão de Educação Educacional. Ivy Enber Christian University.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

concluye que la actuación del mediador es esencial para la construcción de una escuela inclusiva y equitativa, siendo necesario invertir en formación y reconocimiento institucional.

***PALABRAS CLAVE**: Inclusión educativa. Mediación pedagógica. Profesor de apoyo. Educación especial. Prácticas colaborativas.*

INTRODUÇÃO

A inclusão educacional, enquanto princípio basilar da educação contemporânea, constitui-se em um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, um dos compromissos mais nobres assumidos pelas políticas públicas educacionais nas últimas décadas. Com o avanço das legislações e diretrizes que garantem o direito à educação para todos, a escola passou a ser concebida como um espaço de acolhimento das diferenças, onde a diversidade humana deve ser valorizada e respeitada em sua integralidade. Nesse contexto, o papel do professor de apoio, também chamado de professor mediador ou professor de educação especial, desponta como elemento essencial no processo de consolidação da educação inclusiva, especialmente na educação básica. Esse profissional atua como um elo entre o estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação e os diversos agentes escolares, promovendo adaptações, apoio pedagógico e mediação entre os saberes e os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

A presença do professor de apoio está prevista em documentos normativos como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), e é reafirmada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a qual estabelece que a educação deva ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino, com oferta de serviços de apoio especializados. Contudo, embora esses marcos legais tenham promovido avanços importantes na estruturação de um sistema educacional mais inclusivo, a realidade das escolas brasileiras revela a existência de lacunas significativas no que se refere à formação, à valorização e à atuação prática do professor mediador. O despreparo docente, a ambiguidade nas atribuições e a ausência de recursos pedagógicos adequados são apenas alguns dos obstáculos enfrentados por esses profissionais.

A literatura da área educacional aponta que a mediação pedagógica, exercida pelo professor de apoio, deve ir além da simples presença física ou do acompanhamento técnico do aluno. Segundo Mantoan (2006), o papel desse educador é garantir que o estudante tenha acesso ao currículo escolar por meio de estratégias diversificadas que respeitem suas singularidades, favorecendo a participação efetiva e a aprendizagem significativa. A mediação, portanto, não se limita à intervenção direta junto ao estudante, mas envolve também o trabalho colaborativo com os

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

professores regentes, a orientação das famílias, a articulação com os gestores escolares e a promoção de práticas pedagógicas inclusivas.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar o papel do professor de apoio/mediador no processo de inclusão educacional, considerando suas competências, limites e práticas no cotidiano escolar. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa, que busca compreender, a partir da produção científica e documental disponível, quais são os desafios e as potencialidades envolvidas na atuação desse profissional. Pretende-se, ainda, identificar elementos que contribuam para o fortalecimento de políticas públicas e de práticas pedagógicas que consolidem uma cultura escolar inclusiva.

A escolha do tema justifica-se pela urgência de se refletir criticamente sobre os mecanismos que vêm sendo implementados nas redes de ensino para garantir a inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas. Além disso, busca-se contribuir para o debate acadêmico e profissional sobre a importância da formação continuada e do suporte institucional ao professor de apoio, de modo a assegurar que sua atuação seja pautada em princípios éticos, pedagógicos e políticos que favoreçam uma educação de qualidade para todos.

Dessa forma, a pesquisa está estruturada em cinco seções: a primeira corresponde à introdução, na qual se apresentam o contexto, a problemática e os objetivos do estudo. A segunda seção aborda o referencial teórico, destacando as políticas de inclusão, as competências docentes, os limites enfrentados e as práticas pedagógicas inclusivas. A terceira seção trata da metodologia adotada. A quarta seção apresenta os resultados e a discussão dos principais achados da pesquisa. Por fim, a quinta seção reúne as considerações finais, com destaque para as contribuições do professor de apoio na efetivação da inclusão educacional e sugestões para o aprimoramento das práticas inclusivas na educação básica.

1. INCLUSÃO EDUCACIONAL E SEUS FUNDAMENTOS LEGAIS

A inclusão educacional, enquanto princípio norteador das políticas educacionais contemporâneas, é amparada por uma base legal robusta que visa garantir o direito à educação a todos os estudantes, especialmente àqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O conceito de inclusão transcende a mera integração física de alunos em espaços escolares, fundamentando-se na construção de práticas pedagógicas e políticas institucionais voltadas à promoção da equidade, da diversidade e da justiça social (Glat; Blanco, 2007). Essa concepção tem raízes tanto em marcos internacionais quanto em legislações nacionais que consolidaram, ao longo do tempo, uma nova forma de compreender o direito à educação.

O movimento em direção à inclusão escolar ganhou força a partir da Declaração de Salamanca, de 1994, elaborada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

e a Cultura (UNESCO). O documento defende que “as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (UNESCO, 1994, p. 11). Essa diretriz promoveu uma mudança paradigmática, propondo que o sistema educacional se adaptasse às necessidades dos alunos, e não o contrário. A Declaração teve grande influência em políticas públicas educacionais ao redor do mundo, incluindo o Brasil.

No contexto nacional, a Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. No artigo 208, inciso III, há a garantia de atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Esse princípio constitucional foi reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996 –, que, em seu artigo 58, define a educação especial como uma modalidade de ensino que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, com serviços de apoio especializados (Brasil, 1996).

Com o avanço das discussões sobre inclusão, foi publicada, em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que consolidou a orientação de atendimento educacional especializado (AEE) em salas de recursos multifuncionais, articulado ao ensino regular. Essa política preconiza que todos os alunos, com ou sem deficiência, têm direito de estudar juntos, aprendendo com suas diferenças. Segundo Mantoan (2006), a inclusão requer a reconstrução de toda a proposta pedagógica da escola, promovendo a flexibilização curricular, a formação docente e a reformulação das práticas de ensino.

Outro importante marco legal é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015 –, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Em seu artigo 27, a lei estabelece que a educação deve ser assegurada em todos os níveis e modalidades, com a oferta de recursos de acessibilidade, profissionais de apoio, formação de professores e adaptação curricular (Brasil, 2015). Essa legislação reforça o entendimento da inclusão como um direito inalienável e impõe ao poder público o dever de garantir as condições necessárias para sua efetivação.

No cenário internacional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 e ratificada pelo Brasil com status de emenda constitucional por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, constitui um marco jurídico relevante. A convenção assegura que os Estados-partes devem assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e ao longo da vida, com base na igualdade de oportunidades (ONU, 2006).

Entretanto, como apontam Pletsch (2009) e Glat e Blanco (2007), a efetivação desses direitos ainda enfrenta inúmeros desafios, como a precariedade na formação docente, a ausência

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

de recursos pedagógicos adequados, a falta de articulação entre políticas públicas e a resistência cultural à diferença. Apesar dos avanços legais, a inclusão educacional exige mudanças profundas no modo de organizar a escola e no entendimento de que todos os alunos têm potencial para aprender.

2. O PAPEL DO PROFESSOR DE APOIO/MEDIADOR

O professor de apoio ou mediador educacional desempenha uma função essencial na promoção da inclusão de estudantes com deficiência ou com necessidades educacionais específicas no contexto da escola regular. Esse profissional atua de forma articulada com os docentes da sala comum, buscando garantir a aprendizagem e a participação efetiva de todos os alunos (Carvalho; Belchior, 2017). Seu papel transcende o mero suporte técnico ou assistencial e se insere numa lógica pedagógica que valoriza o sujeito em sua integralidade e singularidade. Assim, o professor mediador deve atuar como ponte entre os desafios enfrentados pelo aluno e as possibilidades de superação por meio de práticas pedagógicas inclusivas e colaborativas.

De acordo com Mantoan (2006), a mediação pedagógica é uma das estratégias fundamentais para concretizar a proposta inclusiva nas escolas, pois possibilita a personalização do ensino, respeitando o ritmo e as características individuais de cada aluno. Nesse sentido, o professor de apoio precisa não apenas conhecer os recursos e as tecnologias assistivas, mas também dominar estratégias de ensino diferenciadas, compreender as necessidades específicas dos estudantes e colaborar na construção de um ambiente escolar que favoreça o respeito à diversidade. Segundo Glat e Fernandes (2005), esse profissional deve atuar como um parceiro dos demais professores, contribuindo para a elaboração de planos de ensino e para a adaptação curricular, garantindo que os conteúdos escolares sejam acessíveis.

De acordo com Oliveira (2013), a mediação eficaz depende da criação de um espaço de diálogo e troca entre os profissionais da escola, promovendo ações interdisciplinares e compartilhadas. Isso requer planejamento conjunto, participação em reuniões pedagógicas e construção coletiva de estratégias de intervenção. Assim, o professor mediador deixa de ser um “assistente” do aluno com deficiência e passa a ser um sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem de toda a turma.

Além disso, a formação inicial e continuada do professor de apoio é um ponto crucial para o desenvolvimento de uma prática mediadora de qualidade. A Resolução CNE/CEB nº 4/2009 (Brasil, 2009) destaca a importância da formação para o exercício da docência na perspectiva da educação inclusiva, com ênfase no atendimento educacional especializado (AEE). O conhecimento sobre as legislações, os direitos educacionais dos alunos com deficiência, as estratégias pedagógicas inclusivas e os princípios da acessibilidade são elementos fundamentais para que o professor de apoio cumpra adequadamente sua função. Como afirmam Carvalho e

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Belchior (2017), a mediação se constrói no cotidiano escolar, sendo necessário o investimento em formação crítica, reflexiva e contextualizada.

Cabe destacar, ainda, que o professor mediador não atua isoladamente, mas sim dentro de uma rede de apoio que envolve a gestão escolar, os especialistas em educação especial, os demais professores e a família. Essa rede é fundamental para garantir o êxito das ações inclusivas e para promover o desenvolvimento pleno do aluno. Segundo Nóvoa (2009), a escola inclusiva se constrói por meio de práticas colaborativas, nas quais os saberes são compartilhados e as responsabilidades são coletivas.

Carvalho e Belchior (2017) pontuam que a atuação exige competências específicas, formação continuada, compromisso ético e disposição para o trabalho colaborativo. Mais do que um suporte individual ao aluno com deficiência, trata-se de um profissional que atua estrategicamente na promoção de uma cultura inclusiva no ambiente escolar, contribuindo para transformar as práticas pedagógicas e as concepções sobre a diversidade.

3. PRÁTICAS COLABORATIVAS E MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

Fernandes e Freitas (2012) destacam que as práticas colaborativas e a mediação pedagógica representam estratégias fundamentais para a efetivação da inclusão educacional, especialmente no contexto da atuação do professor de apoio ou mediador. Tais práticas envolvem uma ação articulada entre os diferentes atores da escola – professores regulares, mediadores, coordenadores pedagógicos, equipe gestora e demais profissionais de apoio – com o objetivo de garantir o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência ou com necessidades educacionais específicas. A mediação pedagógica não deve ser entendida como uma atuação isolada, mas como uma ação coletiva e intencional, voltada à construção de ambientes de aprendizagem mais acessíveis, participativos e equitativos.

Segundo Perrenoud (2000), a colaboração entre docentes é essencial para enfrentar a complexidade da prática pedagógica, sobretudo quando se trata de atender a uma diversidade significativa de alunos. Nesse sentido, o trabalho colaborativo propicia a troca de experiências, a construção conjunta de estratégias e a divisão de responsabilidades no processo de ensino e aprendizagem. O professor mediador, nesse contexto, deve assumir um papel de articulador pedagógico, facilitando a comunicação entre os professores da sala regular e os demais profissionais especializados, contribuindo para uma atuação integrada e coerente com os princípios da inclusão.

A mediação pedagógica, conforme Vygotsky (1991), está relacionada à zona de desenvolvimento proximal, onde o sujeito aprende a partir das interações com os outros e com o meio. Assim, o professor mediador atua como um facilitador da aprendizagem, auxiliando o aluno a transpor barreiras e a conquistar maior autonomia em sua trajetória escolar. Esse processo

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

exige sensibilidade, escuta ativa, planejamento e constante avaliação das práticas, a fim de ajustar as estratégias conforme as demandas individuais e coletivas da turma. Para Glat e Blanco (2007), a mediação pedagógica pressupõe um olhar que reconhece as potencialidades dos alunos, mesmo diante das limitações, promovendo a construção do conhecimento por meio de metodologias inclusivas.

Outro ponto fundamental é o planejamento compartilhado. A elaboração conjunta de planos de ensino, adequações curriculares e estratégias de avaliação é uma das bases da prática colaborativa. De acordo com (Stainback, S.; Stainback, W., 1999), a colaboração efetiva entre profissionais exige tempo, comprometimento e apoio institucional, pois não se trata apenas de trabalhar juntos, mas de pensar juntos em prol da aprendizagem de todos os alunos. Nesse processo, o professor mediador contribui com sua expertise sobre educação inclusiva, ajudando a identificar as barreiras à participação e à aprendizagem, bem como os recursos pedagógicos e metodológicos adequados a cada situação.

As práticas colaborativas também se estendem à relação com as famílias dos estudantes. A inclusão escolar não se faz apenas no espaço da sala de aula, mas envolve uma rede de relações que deve ser fortalecida continuamente. A escuta das famílias, o diálogo sobre os avanços e as dificuldades dos alunos e o envolvimento dos pais nas decisões pedagógicas são componentes importantes para o sucesso das ações inclusivas. Segundo Mittler (2003), a escola inclusiva é aquela que constrói parcerias com a comunidade, reconhecendo o papel ativo dos pais no processo educacional de seus filhos.

Assim sendo, é necessário destacar que a efetivação das práticas colaborativas e da mediação pedagógica depende de uma gestão escolar comprometida com a inclusão. Cabe à direção e à coordenação pedagógica criar espaços para formação continuada, reuniões pedagógicas e momentos de reflexão coletiva sobre as práticas (Mittler, 2003). Como apontam Fernandes e Freitas (2012), a escola precisa se constituir como um espaço de aprendizagem para os próprios educadores, promovendo o desenvolvimento profissional contínuo e a cultura da colaboração. Apenas dessa forma será possível consolidar uma prática pedagógica inclusiva, baseada no respeito à diversidade e na valorização das singularidades de cada sujeito.

Assim, as práticas colaborativas e a mediação pedagógica configuram-se como pilares para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Elas exigem não apenas mudanças metodológicas, mas sobretudo mudanças culturais e organizacionais no interior da escola. O papel do professor mediador, nesse cenário, conforme argumenta Perrenoud (2000), é de extrema relevância, pois ele contribui para integrar saberes, construir pontes entre os sujeitos e criar possibilidades de aprendizagem significativa para todos os estudantes.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

4. DESAFIOS E TENSÕES NA ATUAÇÃO DO MEDIADOR

O papel do professor mediador, embora seja um dos pilares da educação inclusiva, enfrenta uma série de desafios e tensões que permeiam sua prática cotidiana nas escolas da educação básica. Esses desafios vão desde a falta de clareza quanto às atribuições do cargo até a carência de formação continuada e condições adequadas de trabalho. Nesse contexto, compreender as dificuldades enfrentadas por esses profissionais é essencial para fortalecer políticas públicas inclusivas e promover práticas pedagógicas efetivas, condizentes com os princípios da equidade e da justiça social no ambiente escolar.

Em primeiro lugar, um dos principais entraves é a indefinição do papel do mediador dentro da organização escolar. Muitas vezes, esse profissional é inserido no ambiente educacional sem um planejamento claro e sem que haja consenso entre os docentes e gestores sobre suas funções específicas. Como apontam Glat e Oliveira (2003), essa ambiguidade dificulta a atuação colaborativa e compromete a eficácia do trabalho pedagógico inclusivo, pois o mediador pode ser visto ora como um assistente, ora como um substituto do professor da sala comum. Essa desarticulação institucional reforça a fragmentação do trabalho docente e impede o estabelecimento de uma prática inclusiva integrada.

Outro desafio refere-se à formação inicial e continuada desses profissionais. A literatura especializada tem evidenciado que muitos mediadores ingressam na função sem a devida preparação teórica e prática para lidar com a diversidade presente nas salas de aula (Mantoan, 2006). Isso se agrava diante da ausência de programas sistemáticos de formação continuada voltados para a mediação pedagógica e o trabalho colaborativo. Como observa Pletsch (2010), a atuação do mediador exige conhecimento específico sobre os diferentes tipos de deficiência, práticas pedagógicas inclusivas, uso de tecnologias assistivas, adaptação curricular e estratégias de avaliação diferenciada. Sem o devido suporte formativo, o trabalho desses profissionais tende a ser pautado por improvisações, o que pode comprometer a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos.

A precarização das condições de trabalho também representa uma tensão significativa. Muitos professores mediadores atuam em mais de uma escola ou são contratados em regime temporário, o que dificulta o estabelecimento de vínculos com a comunidade escolar e inviabiliza o planejamento pedagógico a longo prazo. Essa rotatividade compromete a continuidade das ações e a consolidação de práticas inclusivas consistentes. Além disso, como pontua Carvalho (2013), a sobrecarga de tarefas, a falta de materiais pedagógicos adaptados e a ausência de espaços de escuta e acolhimento aos profissionais impactam negativamente o desempenho e a motivação desses docentes.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

No campo das relações interpessoais, também se identificam desafios importantes. A resistência de parte da equipe docente à inclusão, o preconceito velado em relação aos alunos com deficiência e a falta de articulação entre os profissionais são obstáculos enfrentados cotidianamente pelos mediadores. Conforme Freitas (2012), a efetivação da inclusão escolar requer mudanças não apenas na estrutura física ou no currículo, mas sobretudo nas atitudes dos sujeitos que compõem a escola. Nesse sentido, o professor mediador pode se ver isolado em sua atuação, sem o apoio necessário para desenvolver seu trabalho de forma colaborativa.

Outro ponto sensível diz respeito à tensão entre a atuação do mediador e a responsabilização individualizada pelo sucesso da inclusão. Em alguns contextos, a presença desse profissional é utilizada como justificativa para que os demais docentes deleguem a ele toda a responsabilidade pela aprendizagem dos estudantes com deficiência. Isso contraria o princípio da corresponsabilidade que fundamenta a inclusão e reforça práticas excludentes (Mendes, 2010). O trabalho do mediador deve estar inserido em uma proposta pedagógica coletiva, e não como uma intervenção paralela ou compensatória.

Apesar dessas adversidades, é importante destacar que muitos professores mediadores conseguem, com criatividade, empatia e dedicação, promover transformações significativas nos processos de ensino e aprendizagem. Seu papel é estratégico na promoção do diálogo entre os saberes especializados e os saberes pedagógicos da sala comum, contribuindo para a construção de práticas mais equitativas e sensíveis à diversidade (Carvalho, 2013). No entanto, para que esse potencial se concretize plenamente, é necessário que as políticas públicas avancem no sentido de garantir formação, reconhecimento, condições de trabalho e suporte institucional aos mediadores, bem como fomentar uma cultura escolar pautada na colaboração e no respeito às diferenças.

Assim, os desafios e tensões que permeiam a atuação do professor mediador devem ser compreendidos não como impedimentos intransponíveis, mas como indicadores da necessidade urgente de reorganização das práticas escolares e das políticas educacionais. Superá-los implica reconhecer a complexidade da inclusão e investir em processos formativos e organizacionais que fortaleçam a presença qualificada e colaborativa desses profissionais nas escolas. Afinal, como ressalta Mantoan (2003), incluir não é apenas aceitar a presença do diferente, mas criar as condições para que todos aprendam com qualidade, em igualdade de oportunidades.

5. MÉTODO

Este estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, visando compreender o papel do professor de apoio/mediador no processo de inclusão educacional. A escolha por esse método justifica-se pela necessidade de reunir, analisar e interpretar produções científicas que tratam do tema, permitindo uma reflexão crítica sobre a atuação desse profissional no contexto da educação básica brasileira. A abordagem qualitativa

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

favoreceu a compreensão aprofundada dos conceitos, práticas e desafios relacionados à mediação pedagógica no âmbito da educação inclusiva.

A seleção dos materiais seguiu critérios de relevância, atualidade e aderência ao objeto de estudo. Foram consultadas obras de referência na área da educação inclusiva e da formação docente, bem como artigos científicos publicados em periódicos indexados. O recorte temporal adotado compreendeu publicações dos últimos 15 anos (2008 a 2023), a fim de contemplar tanto as contribuições clássicas quanto os estudos mais recentes, considerando as mudanças nas políticas educacionais e as transformações sociais ocorridas no período.

As principais bases de dados consultadas foram: SciELO *(Scientific Electronic Library Online),* CAPES Periódicos, Google Acadêmico e ERIC *(Education Resources Information Center).* Foram utilizadas palavras-chave como “educação inclusiva”, “professor mediador”, “professor de apoio”, “mediação pedagógica” e “práticas colaborativas”. A busca foi refinada com o uso de operadores booleanos e filtros por idioma (português e espanhol), garantindo maior precisão e relevância dos resultados.

Após a seleção do material, foi realizada uma análise de conteúdo dos textos, identificando os principais temas, categorias e recorrências relacionados à atuação do professor mediador. O tratamento dos dados seguiu os pressupostos da análise temática, conforme proposto por Bardin (2011), buscando compreender os sentidos atribuídos à mediação pedagógica, os desafios enfrentados por esses profissionais e as práticas colaborativas estabelecidas nas escolas. Os resultados foram organizados em eixos temáticos que estruturam a seção de Resultados e Discussões.

A metodologia adotada permitiu reunir uma base sólida de conhecimentos teóricos e empíricos sobre o papel do professor de apoio/mediador na educação inclusiva. A partir dessa análise, foi possível refletir criticamente sobre as condições de atuação desses profissionais e os elementos que favorecem ou dificultam sua contribuição para a construção de ambientes escolares mais equitativos e acolhedores para todos os estudantes.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das produções científicas identificadas nesta revisão bibliográfica evidenciou a crescente relevância atribuída ao papel do professor de apoio ou mediador na promoção da inclusão educacional. A atuação desse profissional tem sido discutida a partir de diferentes enfoques, abrangendo desde aspectos legais e formativos até práticas pedagógicas colaborativas e desafios institucionais. Os estudos analisados convergem para a compreensão de que a mediação pedagógica é um elemento central na efetivação de uma escola inclusiva, sendo necessário refletir sobre suas condições de trabalho, formação, identidade profissional e articulação com o corpo docente regular.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Inicialmente, observou-se que a figura do professor de apoio/mediador está fortemente ancorada nas diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que estabelece a necessidade de AEE para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Essa política orienta que o AEE deve ocorrer em salas de recursos multifuncionais e contar com profissionais qualificados para desenvolver práticas que complementem e suplementem a formação do aluno, de forma articulada com o ensino comum. Nesse sentido, o professor mediador surge como um elo entre os serviços especializados e o currículo regular, atuando no planejamento conjunto com os demais docentes (Glat; Blanco, 2007).

Em consonância com as diretrizes legais, diversos autores destacam que a atuação do mediador deve ser fundamentada em práticas colaborativas, planejamento compartilhado e construção de estratégias pedagógicas centradas na diversidade dos alunos (Mantoan, 2015; Oliveira; Prieto, 2011). A pesquisa de Silva e Oliveira (2021), por exemplo, evidencia que quando o professor de apoio é integrado à equipe pedagógica da escola e participa ativamente da elaboração de planos de ensino, há maior eficácia nas ações inclusivas, refletindo positivamente no desempenho e na socialização dos estudantes com deficiência.

Outro ponto discutido nos estudos refere-se às competências exigidas do professor de apoio/mediador. Segundo Rodrigues e Almeida (2020), é necessário que esse profissional desenvolva habilidades interpessoais, capacidade de escuta ativa, domínio de práticas pedagógicas adaptadas, bem como conhecimento dos fundamentos legais e educacionais da inclusão. Entretanto, muitos dos estudos analisados apontam lacunas na formação inicial e continuada dos professores que atuam nessa função. De acordo com a pesquisa de Santos e Bersch (2019), há uma insuficiência de cursos específicos voltados à prática do AEE e da mediação, além de uma carência de apoio institucional para o exercício dessa atividade de forma crítica e reflexiva.

Além das questões formativas, os desafios estruturais e organizacionais das escolas também impactam diretamente a atuação do mediador. A ausência de condições adequadas de trabalho, como carga horária compatível, tempo para planejamento conjunto e espaços físicos apropriados, é recorrente nas análises. Glat e Fernandes (2012) destacam que, em muitas redes de ensino, o professor de apoio é alocado sem critérios claros, enfrentando sobrecarga de funções e falta de reconhecimento da equipe gestora. Tais condições dificultam a construção de vínculos com os professores regentes e a consolidação de uma prática verdadeiramente colaborativa.

No que se refere à prática pedagógica, os estudos revelam que a mediação eficaz requer não apenas conhecimento técnico, mas também engajamento afetivo e compromisso com os princípios da educação inclusiva. O trabalho de Costa e Nascimento (2020) aponta que a escuta das necessidades dos alunos e a valorização de suas potencialidades são estratégias

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

fundamentais para o sucesso do processo educativo. O mediador, ao atuar como ponte entre o aluno, a escola e a família, desempenha um papel político e pedagógico na construção de uma cultura de respeito às diferenças.

Ademais, a pesquisa de Morato *et al.,* (2022) ressalta a importância do trabalho em rede e do apoio intersetorial para fortalecer a atuação do professor mediador. A articulação com profissionais da saúde, assistência social e psicologia escolar amplia o repertório de intervenções e contribui para a compreensão integral do estudante. Isso evidencia que a inclusão não é responsabilidade exclusiva do mediador, mas sim de uma rede articulada que envolve toda a comunidade escolar e os serviços públicos.

Apesar dos avanços registrados, como o aumento do número de salas de recursos e a criação de normativas específicas para o AEE, os dados analisados indicam que a prática do professor mediador ainda carece de regulamentação mais clara e valorização profissional. Muitos estados e municípios mantêm contratos temporários ou não especificam as atribuições do cargo, o que gera insegurança e descontinuidade nas ações pedagógicas. Segundo Fonseca e Reis (2021), a ausência de políticas de carreira específicas compromete a permanência de profissionais qualificados e a consolidação de uma identidade profissional para os mediadores.

Portanto, os resultados da revisão apontam para a necessidade de ampliar os investimentos em formação docente continuada, fortalecer a articulação entre os profissionais da educação e repensar as estruturas escolares de forma a garantir condições reais de inclusão. O professor de apoio/mediador não pode ser visto como um substituto do professor regente ou como um técnico de atendimento especializado, mas sim como um educador que atua de forma colaborativa e estratégica na construção de práticas pedagógicas inclusivas. Para isso, é imprescindível que as redes de ensino reconheçam seu papel, estabeleçam políticas públicas coerentes e ofereçam suporte efetivo para sua atuação.

7. CONSIDERAÇÕES

O presente estudo, ao abordar o papel do professor de apoio/mediador no processo de inclusão educacional, evidenciou a relevância dessa função para a construção de uma escola mais democrática e acessível. A mediação pedagógica emerge como uma estratégia fundamental para assegurar o direito à aprendizagem dos estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas, promovendo a equidade no ambiente escolar. Nesse sentido, a atuação do mediador deve ser compreendida não como substitutiva, mas como complementar e articuladora da prática pedagógica docente.

A revisão bibliográfica realizada mostrou que a legislação brasileira, especialmente a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), oferece respaldo normativo à presença do mediador educacional.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

No entanto, a efetivação dessas políticas depende de condições institucionais, estruturais e formativas adequadas. Os desafios enfrentados por esses profissionais, como a falta de clareza nas atribuições, a ausência de formação específica e o pouco reconhecimento institucional, ainda limitam a amplitude e a eficácia de sua atuação.

Ficou evidente que práticas colaborativas e o trabalho em rede são elementos-chave para fortalecer a ação do professor de apoio. A mediação se revela mais eficaz quando realizada de forma conjunta com professores regulares, gestores, famílias e profissionais de outras áreas. Essa atuação integrada possibilita intervenções pedagógicas mais significativas e favorece a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo, em que todos os alunos são protagonistas do processo de aprendizagem.

Os estudos analisados também apontam para a necessidade de investimentos em políticas públicas que garantam a formação continuada, o reconhecimento profissional e a valorização da carreira dos mediadores. A escola inclusiva requer profissionais preparados não apenas tecnicamente, mas também eticamente comprometidos com a diversidade e com os direitos humanos. A consolidação dessa prática implica em uma mudança de paradigma educacional, centrado na colaboração e no acolhimento das diferenças.

Para trabalhos futuros, propõe-se aprofundar investigações sobre a atuação do professor mediador em contextos híbridos ou virtuais, considerando os desafios e possibilidades trazidos pelas tecnologias digitais na promoção da inclusão. A mediação nesse ambiente demanda novas competências, como o domínio de plataformas digitais acessíveis e a capacidade de personalizar estratégias pedagógicas à distância, respeitando os diferentes ritmos e necessidades dos estudantes. Além disso, é essencial analisar como marcadores sociais como gênero, raça e classe influenciam o processo de mediação educacional, afetando tanto o acesso dos alunos às oportunidades de aprendizagem quanto a forma como são percebidos e atendidos nas práticas pedagógicas.

Por fim, conclui-se que o professor de apoio/mediador é peça essencial na mediação entre as barreiras educacionais e o direito de todos à educação de qualidade. Para que sua atuação alcance resultados efetivos, é necessário o engajamento de toda a comunidade escolar, assim como o fortalecimento de políticas públicas inclusivas. A continuidade de pesquisas e debates sobre essa temática é fundamental para o aprimoramento das práticas pedagógicas e para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 19 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 2009.

CARVALHO, Regina Célia de Oliveira; BELCHIOR, Suzana Soares. O papel do professor mediador na escola inclusiva: desafios e possibilidades. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 30, n. 58, p. 189-202, 2017.

CARVALHO, Rosita Edler. **Formação de professores e inclusão escolar**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

FERNANDES, Sabrina Lima; FREITAS, Sandra Regina. A escola e o desafio da inclusão: práticas colaborativas e formação docente. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 141-157, 2012.

FREITAS, Sandra Regina. Formação de professores e práticas inclusivas: caminhos para a equidade. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 45, p. 25-42, 2012.

GLAT, Rosana; BLANCO, Rosângela P. C. A escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 20, n. 32, p. 155-172, 2007.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Marcia Denise Pletsch. **Necessidades educacionais especiais**: uma proposta para a formação de professores. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2005.

GLAT, Rosana; OLIVEIRA, Rosângela Cardoso de. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 148-160, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? 5. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2003.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil: uma história de exclusão. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 23, n. 38, p. 17-26, 2010.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MORATO, H. P.; RODRIGUES, J. S.; ALMEIDA, V. F. Atuação intersetorial e a inclusão escolar: o papel do mediador. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 17, n. 2, p. 642–658, 2022.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

NÓVOA, António. **Professores:** imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

OLIVEIRA, Débora Cristina Ferreira de. O papel do professor de apoio especializado e a constituição da escola inclusiva. **Revista Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 27, n. 54, p. 705-724, 2013.

OLIVEIRA, M. A.; PRIETO, R. P. Formação de professores e práticas inclusivas: desafios da colaboração na escola. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 735–752, 2011.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova Iorque: ONU, 2006.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores na perspectiva da inclusão: desafios e possibilidades. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 71-92, 2010.

PLETSCH, Márcia Denise. O professor itinerante na perspectiva da educação inclusiva: um agente de mudança?. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 34, p. 197-213, 2009.

RODRIGUES, A. L.; ALMEIDA, P. C. O professor mediador e a inclusão: competências e práticas. **Educar em Revista**, v. 36, e75574, 2020.

SANTOS, V. M.; BERSCH, R. P. Formação continuada e atuação do professor de AEE: limites e possibilidades. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 104–121, 2019.

SILVA, L. F.; OLIVEIRA, C. A. Atuação do professor de apoio e inclusão: contribuições e entraves. **Revista de Educação Especial e Inclusiva**, v. 11, n. 1, p. 55–70, 2021.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427. Acesso em: 19 maio 2025.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.